



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

DEYSE SOARES DE LARA E SILVA

**A PENHORA DE SALÁRIOS
E OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO DEVEDOR**

Brasília
2010

DEYSE SOARES DE LARA E SILVA

**A PENHORA DE SALÁRIOS
E OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO DEVEDOR**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Processo Civil.

Orientador: Prof. Einstein Lincoln

Brasília
2010

DEYSE SOARES DE LARA E SILVA

**A PENHORA DE SALÁRIOS
E OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO DEVEDOR**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de
Processo Civil.

Orientador: Prof. Einstein Lincoln

Brasília, _____ de _____ de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Dedico a Deus, nosso Senhor, ao meu esposo Márcio e à minha família pelo apoio e paciência na realização desse trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu orientador pela dedicação nas correções e à Ana Cleide pelo suporte para realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto o estudo da penhora sobre salários a partir dos princípios que regem a proteção ao devedor, os quais se encontram inseridos na Constituição Federal Brasileira e Código de Processo Civil. Ressalta-se a importância da incorporação deste meio executivo em nossa legislação a fim de alcançar a efetividade dos provimentos jurisdicionais. Enfoca o histórico do rito executivo, sua conceituação, identificação e relação entre os diversos princípios pertinentes, além da apresentação da jurisprudência e o efetivo debate da matéria. Assim, conclui-se que, incentivando a produção de leis que favoreçam a implantação da penhora de salários no rito de execução, em oposição à realidade atual pela impenhorabilidade de salários, será possível a satisfação do credor. Por fim, observando a posição do devedor e os princípios que o protegem, pode-se chegar a um equilíbrio e à tão almejada estabilidade nas relações sociais.

Palavras-chave:

Execução. Penhora. Penhora sobre Salários. Satisfação do Credor.

ABSTRACT

This work focuses on the study of attachment on wages from the principles governing the protection of the debtor, which are inserted into the Federal Constitution and Code of Civil Procedure. We stress the importance of incorporating this medium in our law enforcement in order to achieve the effectiveness of appointments courts. Focuses on the history of the rite executive, its conceptualization, identification and relationship between the various relevant principles, and presentation of case law and the effective discussion of the matter. Thus, we conclude that by encouraging the production of laws that favor the deployment of attachment of earnings in the ritual of execution, as opposed to the current reality for immunity from seizure of wages, it will be possible to satisfy the creditor. Finally, noting the position of the debtor and the principles that protect you, we can reach an equilibrium and the longed-for stability in social relations.

Key words:

Implementation. Attachment. Attachment of Wages. Satisfaction of the Creditor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS	12
1.1 Conceito	12
1.2 Princípios	15
1.2.1 <i>Princípio da efetividade</i>	15
1.2.2 <i>Princípio do menor sacrifício possível ao executado</i>	16
1.2.3 <i>Princípio da dignidade</i>	16
1.2.4 <i>Princípio da proporcionalidade</i>	17
2 BREVE HISTÓRICO E AS RECENTES REFORMAS DO CPC	19
2.1 Histórico	19
2.2 Atuais reformas do processo de execução no CPC	21
2.3 Da ação autônoma ao processo sincrético	22
3 JURISPRUDÊNCIA CORRELATA	27
4 A PENHORA SOBRE SALÁRIOS E OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO DEVEDOR	33
4.1 Acepção do termo “salário”	34
4.2 Penhora <i>on line</i>	34
4.3 Credor <i>versus</i> devedor	35
4.4 Uma solução de equilíbrio	40
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Vive-se período na atual sociedade brasileira de intensa busca pela efetividade da prestação jurisdicional. Aborda-se tal assunto dentre as diferentes classes sociais, o que reflete a ansiedade de nossa população de ver satisfeitos os seus direitos, principalmente na posição de credor.

Dentro deste contexto é que propomos a análise do tema da penhora sobre os salários e os princípios que regem a proteção ao devedor. Alguns tempos atrás seria absurdo pensar a respeito de penhora sobre salários, mas agora já faz parte da nossa realidade, uma vez que foi proposto projeto de lei, de abrangência nacional, tratando do tema .

Sabe-se que a penhora é um procedimento que se inclui no rito de execução via judicial, regido pelo Código de Processo Civil. O rito de execução segue-se à ação de conhecimento que é primeiramente proposta, na qual a lide é solucionada. No entanto, o mesmo rito executivo pode iniciar-se com um título extrajudicial, não havendo a necessidade de um processo de conhecimento anterior.

Enfim, necessitando o provimento jurisdicional ou o título extrajudicial ser “posto em prática” decorre a necessidade do processo executivo.

A execução possui princípios que lhe são muito peculiares: o princípio da dignidade humana, do menor sacrifício ao executado, da satisfação do credor, da proporcionalidade, dentre outros, sendo que estes serão os mais discutidos neste estudo, tendo em vista o estudo do tema da penhora sobre salários.

Após uma breve passagem pela história do rito executivo, apresentar-se-á as últimas reformas do Código de Processo Civil, especialmente as alterações

introduzidas pelas Leis nº 11.232/05 e 11.382/06 que marcam de maneira positiva no sentido de satisfazer o credor de forma efetiva e rápida.

No entanto, tais reformas não ratificaram posicionamento claro quanto a penhora sobre salários que, em certos casos, já é admitida pela jurisprudência.

Sabe-se que, historicamente, ampla proteção foi dada ao devedor, mas caminha-se para sentido contrário a fim de que, através da satisfação do credor, ainda que recorrendo a penhora de salário do devedor, alcancemos um dos grandes objetivos do direito que é a estabilidade nas relações sociais.

Reafirma-se, assim, a importância do estudo deste tema em razão da relativização do princípio da menor onerosidade pelos tribunais nos dias atuais. Em muitas decisões judiciais, observa-se que é possível a penhora sobre salários, apesar da lei não permitir explicitamente.

Ademais, o valor social desta questão, posto que vivemos em um país com tantas disparidades. Enquanto uma grande maioria sobrevive com um salário mínimo de valor muito baixo, outros se permitem fazer dívidas e não saldá-las apesar de receberem fartas quantias em dinheiro, seja por altos salários ou por possuírem empresas altamente lucrativas.

Introduz-se, assim, a polêmica, mas fascinante questão da determinação judicial da penhora sobre salários no processo executivo. Atentando-se para o caráter alimentar do salário, mas também para a posição do credor que deve receber o que lhe é devido em clara defesa de sua dignidade humana.

No primeiro capítulo, apresenta-se a conceituação do rito processual da execução e os princípios que o norteiam. Seguido pelo segundo capítulo no qual se

apresenta o histórico do rito executivo até as atuais reformas do Código de Processo Civil.

O terceiro capítulo proporciona ao leitor uma visão geral do posicionamento jurisprudencial a respeito da penhora sobre salários, tema central deste trabalho. Por fim, no quarto capítulo, inicia-se o debate do tema da penhora sobre salários como mais um meio de execução em confronto com os princípios que protegem o devedor.

1 EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS

O rito executivo que, normalmente, segue-se ao procedimento cognitivo é regido por princípios que lhe são muito peculiares.

A execução de um título judicial ou extrajudicial possui natureza coercitiva, impondo-se que se cumpra a obrigação perante o credor, assim deve ser regida por princípios que orientam a ação dos julgadores.

1.1 Conceito

Conforme acima comentado, a execução pode seguir-se ao processo de conhecimento, mas também um título extrajudicial pode ser utilizado para iniciar uma ação de execução.

Possuindo o credor um título judicial e “(...) não se dispondo então o obrigado, no cumprimento de uma determinação judicial ou acerca do pactuado com o credor, pode este se socorrer da execução forçada no sentido de compelir aquele ao adimplemento” (CARAM, 2009, p. 128)

Uma característica proeminente da mecânica executiva é a coercibilidade, como nos lembra Caram (2009, p. 128):

“As execuções são instrumentos essencialmente coativos e, em determinados casos, de argumentações limitadas. É de índole agressiva e de atos externos que, por vezes, recaem sobre a pessoa do devedor, além de promover transferências patrimoniais, sempre objetivando a mais plena satisfação aos credores.”

Outros autores, frisando o papel do Estado na ação jurisdicional, assim conceituam a execução como :

Conjunto de atos estatais através de que, com ou sem o concurso da vontade do devedor (e até contra ela), invade-se seu patrimônio para, à custa dele, realizar-se o resultado prático desejado concretamente pelo direito objetivo material (DINAMARCO apud CAMARA, 2010, p. 148)

Em razão das reformas pelas quais passaram nosso Código de Processo Civil, a noção de execução também se alterou e, gradativamente, revelam-se novas conceituações por parte de nossa doutrina jurídica.

Iniciada pela Lei nº 10.444/02, modificou-se a noção de execução de forma revolucionária: “A execução é um prolongamento do processo, que não é mais nem puramente cognitivo, nem puramente executivo, mas um processo misto, sincrético, em que as duas atividades se fundem” (CAMARA, 2003, p. 151).

A isso, seguiu-se a Lei nº 11.232/05, na qual não se deixa mais dúvidas de que “o processo de conhecimento, instaurado para verificar com quem está a razão diante do litígio, não mais termina com a sentença que fica na dependência da execução”. (MARINONI, 2008, p. 53).

Percebe-se daí a profunda revolução ocorrida, passando a execução de ação autônoma à simples fase processual e isto significa dizer que, sendo agora a execução um prosseguimento do processo que já existia, o próprio juiz que proferiu a sentença, pode expedir atos que inaugurem a sua “fase executória”.

Tais reformas foram tão marcantes que modificam até mesmo o conceito de sentença como pode-se verificar na redação do art. 162, §1º que assim expressava:

“Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.”

E, atualmente, assim está redigido:

“Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei”

Pelas novas leis, foi criado o procedimento do Cumprimento de Sentença, regulado pelos artigos 475-I ao 475-R, entre outras profundas alterações que influenciam diretamente na eficácia da execução.

Outro exemplo é a recente permissão para que a execução imediata da sentença, ainda não transitada em julgado, avance até a prática de atos de alienação de bens, conforme nova redação do art. 588 e incisos, em decorrência da Lei nº 10.444/02.

Outro exemplo é a substituição dos embargos do devedor pela impugnação introduzida pelo art. 475-L, no qual não se admite efeito suspensivo a não ser que estejam presentes a relevância dos fundamentos e o risco de dano grave de difícil ou incerta reparação

Enfim, para arrematar a discussão conceitual acima, Marinoni (2008, p. 56) assim declara:

“O que realmente importa é notar que o processo de conhecimento deixou de ser algo preocupado unicamente com a declaração do direito, isto é, com a prolação da sentença de mérito. Atualmente, no Estado contemporâneo, o processo apenas existe para viabilizar a prestação da tutela do direito, não mais importando apenas a sua declaração ou a decisão jurisdicional. Decidir sem tutelar, ou conhecer sem executar, não é o que se espera do processo civil no Estado constitucional.”

Sendo, assim, a eficácia da prestação jurisdicional na execução passou a ser ponto chave na conceituação pela nova sistemática processual.

1.2 Princípios

Dentre os diversos princípios norteadores da fase processual executiva, tais como: princípio da efetividade, princípio do menor sacrifício possível ao executado, princípio da dignidade, princípio da proporcionalidade, princípio do contraditório, princípio da patrimonialidade ou de que toda execução é real, princípio da disponibilidade da execução, os três primeiros serão objetos de análise em seguida em razão da importância para o presente estudo.

1.2.1 *Princípio da efetividade*

Tal princípio propugna pela realização do provimento jurisdicional, ou seja, que se transforme em realidade aquele direito que foi declarado no papel, como afirma Chiovenda “O processo deve dar, quanto for possível praticamente, a quem tenha um direito, tudo aquilo e exatamente aquilo que tenha direito de conseguir” (CHIOVENDA apud CAMARA, 2003, p. 152).

Sabe-se que o direito declarado, em muitas ocasiões, não se efetiva dentro de nossa sociedade brasileira, acaba não se resolvendo a lide de acordo com a lei, o que gera descrédito em relação ao Poder Judiciário.

No entanto, as reformas da legislação processual ocorrem para que mais pessoas possam usufruir do seu direito, conforme declarado em decisão judicial.

1.2.2 *Princípio do menor sacrifício possível ao executado*

Observando que a realidade do inadimplente nem sempre é querida, ou seja, que a situação do devedor é consequência de dificuldades diversas que lhe acometem, há que buscar “um equilíbrio entre os interesses do exeqüente e do executado” (CAMARA, 2003, p. 155).

Dentro deste contexto em que se constata a boa-fé do devedor, é que deve ser aplicado este princípio do menor sacrifício possível ao executado, conforme descrito no art. 620, do CPC.

Um exemplo disso é que “se a penhora incide sobre um bem que é capaz de garantir a satisfação do crédito, e o devedor tem outro, também capaz de garantir tal satisfação, mas que – uma vez apreendido – traria a ele menor gravame, deverá a penhora incidir sobre este, e não sobre aquele primeiro bem.” (CAMARA, 2003, p. 154)

1.2.3 *Princípio da Dignidade*

O princípio da dignidade é princípio basilar não somente da execução, mas de toda a sociedade brasileira, sendo objeto de nossa Carta Maior através da previsão do art. 1º: “I. constituir uma sociedade livre, justa e solidária”.

No entanto, para que não seja apenas tratado como uma premissa genérica, nos detemos em expô-lo neste estudo posto que deva ser considerado de

forma concreta pelos operadores do direito, especialmente na análise da oposição entre o devedor e o credor diante de um direito que precisa ser satisfeito.

Interessante notar que não somente o devedor tem direito de ser tratado com dignidade num processo de execução, mas também o credor que, muitas vezes, depende do valor ou coisa a ser recebida. Vislumbrando a execução pelo posicionamento das duas partes no processo é que poderemos chegar a um equilíbrio, a fim de apresentar a melhor forma de satisfazer o credor.

Outro princípio que se relaciona a este e o faz tornar-se concreto é o do devido processo legal, art. 5º, inciso LIV: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. É que

o princípio insculpido no artigo 5º, inciso LIV, denota a idéia de proteção ao indivíduo na sociedade, por um processo judicial que deve ter, por essência, uma tramitação ordenada, de amplas manifestações contraditórias. Essa dialética processual lhe assegura o direito à liberdade e à propriedade, garantindo-lhe o direito à própria vida e, assim, prestigiando-lhe o atributo inerente que é a dignidade.” (CARAM, 2009, p. 118)

A dignidade das pessoas deve ser respeitada e isso deve ser levado em conta quando da aplicação de qualquer legislação brasileira.

1.2.4 *Princípio da Proporcionalidade*

Pela simples observação do *nomen iuris* referente a este princípio é bastante sugestivo o seu significado e sua importância para o estudo de penhora sobre salários. Sua origem está relacionada com o controle das atividades do Estado, como bem descreve Giordani (2008, p. 36):

Quanto ao princípio da proporcionalidade, sabemos que teve, de início, a missão de conter ou controlar a atividade do Estado, e a partir daí

apresentando-se, de maneira firme, sólida e segura, como o meio adequado para resolver conflitos entre princípios, nos mais diversos ramos do direito.

Este princípio é importante para diversas áreas do Direito e norteia o processo de execução, especialmente porque (GIORDANI, 2008, p. 38):

Considerando, por um lado, que o devedor normalmente sente que os meios empregados para que cumpra o comando judicial que o condenou a pagar determinado valor ao credor, invadem e magoam a dignidade de pessoa humana, que há de ser sempre respeitada, mas havendo, de outra parte, o legítimo e irrecusável direito do credor, titular do direito fundamental à tutela executiva, que se extrai do devido processo legal, em que existam meios eficazes para garantir e tornar efetivo o que lhe foi reconhecido como de direito, resta indiscutível a importância do princípio da proporcionalidade na execução.

Enfim, após a exposição destes princípios, nos interrogamos se estão em contradição, uma vez que defendem interesses contrários, quais sejam os do credor e do devedor.

Sabe-se que, os tempos atuais, direcionam-se predominantemente para a maior efetividade da tutela jurisdicional. As obrigações entre credor e devedor existem e precisam ser satisfeitas o que é uma questão de ordem pública. Ao dar ao credor o que lhe é devido alcançaremos um dos grandes objetivos do Direito que é a estabilidade nas relações sociais, mas também não podemos passar por cima do grande princípio da dignidade o qual protege aquele que está em posição desprivilegiada.

2 BREVE HISTÓRICO E AS RECENTES REFORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Apresentam-se a evolução do entendimento acerca do processo de execução, desde o Império Romano, perpassando pela Idade Média, Revolução Francesa até os dias atuais.

Nos dias atuais, expõe-se as diversas nuances das reformas do CPC pertinentes ao objeto de estudo do presente trabalho.

2.1 Histórico

Nem sempre o processo executivo realizou-se da maneira atualmente conhecida. Antigamente, usavam-se procedimentos mais duros, mais cruéis, uma vez que o devedor poderia responder por sua obrigação até com o próprio corpo.

Na época do Império Romano, “Os romanos definiam as obrigações como um vínculo jurídico, sendo que a garantia do seu cumprimento era exclusivamente pessoal, ‘daí decorrendo as crueldades com que os devedores eram obrigados a satisfazer seus compromissos’” (ALMEIDA JÚNIOR, 2004)

Interessante notar que a mentalidade da época era completamente diferente da nossa, uma vez que

Essa postura jurídica derivava do fato de que os bens, notadamente as terras, não eram encarados como patrimônio pessoal, mas sim familiar. E para esse povo, os bens da *gens* (família romana) eram destinados ao culto dos deuses. (...) ‘Nesse período, o devedor respondia com sua própria pessoa, porque nas origens da civilização ariana greco-romana, seu patrimônio essencial – a terra – pertencia à família e era intimamente ligado à religião, ao culto dos deuses lares e dos mortos, e portanto, sempre inalienável e indivisível.(...)

A famosa lei Romana das "XII Tábuas", de 450 a.C., era vigorosamente impiedosa com os devedores, impondo-lhes flagelos pessoais, e paradoxalmente não permitindo que seu patrimônio fosse atingido. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004)

Seguindo o relato do artigo acima destacado, percebe-se que, já nos últimos anos da civilização romana, a concepção foi mudando deixando os inadimplentes de responder pessoalmente por suas dívidas, para que o patrimônio passasse então a suportar a garantia das obrigações.

Desde então, a responsabilidade patrimonial pelas dívidas passou a ser um princípio seguido por nossos antepassados, mas, no entanto,

“outros modos coercitivos foram conhecidos no decorrer da Idade Média, mas com a Revolução Francesa de 1789 perderam força. (...) Em relação ao processo de execução, aquele princípio inspirou a regra da intangibilidade corporal em razão de dívidas (*Nemo potest cogi ad factum*)”. (MEDINA, 2004, p. 438)

Até mesmo no caso de obrigações de fazer e não fazer, em caso de inadimplemento, resolvia-se em perdas e danos, de acordo com o art. 1.142 do *Code Napoléon*. Segue comentando Medina, tal proposição refletiu diretamente em nosso direito brasileiro atual, que, antes da reforma, determinava apenas a possibilidade de exigir do devedor o pagamento de perdas e danos, no caso de não cumprimento de obrigações infungíveis.

Sabe-se que, atualmente, em todas as legislações a responsabilidade pelas dívidas é eminentemente patrimonial, inclusive a nossa Carta Magna, no art. 5º, LXVII, faz a ressalva de que *"não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel"*. Assim, ainda temos resquícios destes tempos de crueldade

em nossa legislação atual estampada na previsão da prisão civil por dívida nestes dois casos.

Por fim, percebemos que o art. 620, do CPC, que preconiza que se realize a execução da forma menos gravosa para o devedor, situa-se em avançado estágio de evolução, conforme comenta Câmara (2010, p. 291), cuja história bi-secular iniciou-se com um regime severo e intolerante, caminhando no sentido da humanização que se apresenta de acordo com a mentalidade do Estado de direito democrático.

2.2 Atuais reformas do processo de execução no CPC

Antes das recentes reformas do Código de Processo Civil, a execução era um processo autônomo, independente do processo de conhecimento. Tal modelo *“foi inspirado na ‘actio iudicati’ do direito romano que lhe deu um sistema formalista, demorado e sofisticado.”* (DAMASCENO)

Interessante notar que usamos o modelo romano até os dias atuais, somente havendo reforma no direito positivo brasileiro com o advento da Lei nº 11.232/2005:

A Lei. n. 11.232 consagra o abandono do sistema romano da *actio iudicati*, com o retorno ao sistema medieval pelo qual a sentença *habet paratam executionem*. Este modelo, que foi inicialmente adotado na idade média, manteve o princípio romano da necessária precedência da cognição e da sentença condenatória, mas afastou (salvo casos excepcionais) a *actio iudicati*, possibilitando-se a execução da sentença simplesmente per officium iudicis, sem necessidade de uma nova demanda. Tal modelo, o medieval, trouxe uma inovação, atribuiu à sentença condenatória uma eficácia nova e desconhecida em épocas anteriores, a de ser, por si só, suficiente para permitir a execução, sem necessidade de nova ação e novo contraditório. Foi o início do processo sincrético que, infelizmente, não perdurou até os dias de hoje e não era adotado no Brasil até o advento da Lei 11.232/2005. (DAMASCENO, 2008)

Este modelo baseado na dualidade de ações já vinha sendo fortemente criticado pelos doutrinadores brasileiros, em razão do risco do excesso de sofisticação em detrimento da eficácia da prestação jurisdicional, conforme comentado pelo autor acima indicado, o qual cita Humberto Theodoro Junior que apresentou sua tese de doutorado, em 1973, a respeito do tema.

Essa e outras incongruências da legislação processual civil foram corrigidas pelas recentes reformas a fim de que a execução se torne mais eficaz visando seu fim principal - do qual jamais deveria ter se afastado - a satisfação do credor.

2.3 Da ação autônoma ao processo sincrético

Em recente reforma, foi criado o procedimento do Cumprimento de Sentença, ou seja, fase posterior ao processo de conhecimento, mas não independente dele, regulado pelos artigos 475-I ao 475-R, o qual inicia-se por iniciativa do juiz, sem necessidade da propositura de nova ação.

Pela nova Lei nº 11.386/06, que modificou o art. 652 do Código de Processo Civil, o executado será citado para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias.

O mesmo artigo 652, do CPC, em redação anterior, dava a opção ao devedor de nomear bens à penhora o que era ineficiente para o prosseguimento da execução, e, assim, tal previsão foi revogada.

Outra profunda alteração é quanto a garantia do juízo para oferecimento de resposta pelo devedor, a fim de exercer seu direito ao contraditório. No caso de

títulos extrajudiciais, não será mais necessário o oferecimento de bens ou dinheiro a fim de garantir o juízo, podendo o devedor livremente interpor os devidos embargos à execução.

Por sua vez, embasados em títulos judiciais, conforme art. 475-J, § 1º, do CPC, não existirá mais a figura dos ‘embargos do devedor’ e sim a ‘impugnação’, com o prazo de quinze dias para impugnação, e que permanece com a exigência da garantia do juízo para que seja interposta:

“(...) Não haverá ‘embargos do executado’ na etapa de cumprimento da sentença, devendo qualquer objeção do réu ser veiculada mediante meio incidente de ‘impugnação’, à cuja decisão será oponível agravo de instrumento” (THEODORO JUNIOR, 2010, p. 10).

No entanto, há que se ressaltar que para a execução de títulos de origem não judicial ou extrajudiciais, para que se obtenha o efeito suspensivo, ou seja, a suspensão do direito do credor de executar imediatamente seu título, há que se garantir o juízo, ainda que a nova previsão permita a interposição dos embargos sem tal garantia. Assim, concomitante à tramitação dos embargos, poderá o credor pedir que se realizem atos concretos para que receba o que lhe é de direito pelo título, desde que presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Observa-se, ainda, alterações na penhora sobre quantias em dinheiro que, sendo hierarquicamente precedente às demais garantias, agora considerada semelhante, em razão da reforma, à penhora sobre aplicativos financeiros do devedor.

Na prática, tal penhora já tem sido usada principalmente pela justiça trabalhista, sendo ratificada pela jurisprudência do STJ e TST. Consiste em um procedimento que, conforme previsão do art. 655-A, do CPC, é lícito ao juiz,

mediante expresso requerimento do exeqüente, buscar informações junto ao Banco Central acerca de ativos financeiros pertencentes ao devedor, tal convênio entre a justiça e o BACEN chama-se BACEN JUD.

A fim de acrescentar ao que foi dito sobre a hierarquia das garantias, conforme previsão do art. 655, com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006, segue-se, então, ao dinheiro, os veículos de via terrestre e após os bens móveis em geral, seguidos pelos bens imóveis, navios e aeronaves. Possibilita-se, ainda, penhora sobre ações e quotas de sociedades empresárias e, ainda na ordem, penhora sobre percentual do faturamento de empresa devedora, penhora sobre pedra e metais preciosos, penhora sobre títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado, penhora sobre títulos e valores mobiliários com cotação em mercado e, por fim, quaisquer outros direitos.

Outro exemplo de grande modificação é a permissão da execução imediata de sentença que, ainda não transitada em julgado, avance até a prática de atos de alienação de bens, conforme redação do art. 588 e incisos, de acordo com a reforma implantada no *codex* civil pela Lei 10.444/02.

Há também novidade introduzida pelo art. 475-P, § único, do CPC, que modifica regras de competência para o processamento da execução. Faculta-se, então, ao exeqüente demandar a fase executiva no juízo que proferiu a decisão do processo de conhecimento ou no local onde se encontram os bens do executado, evitando o protelatório envio das cartas precatórias, dando, assim, maior celeridade ao rito executivo.

Por fim, outras alterações introduzidas, algumas até por reformas não tão recentes, mas também pertinentes ao estudo do tema da penhora de salários e os

princípios que regem a proteção ao devedor, referem-se ao tema das impenhorabilidades.

Os princípios já expostos da dignidade da pessoa humana e do menor sacrifício possível ao executado sustentam a previsão da legislação civil (art. 649, CPC) acerca da impenhorabilidade do bem de família, dos bens móveis essenciais ao indivíduo e ao livre exercício de sua atividade profissional e, especialmente, de sua remuneração que é destinada ao seu sustento e de sua família.

Pelo primeiro inciso, do artigo acima citado, constitui-se a impenhorabilidade dos bens inalienáveis, posto que “a penhora é um ato preparatório da expropriação, não havendo qualquer utilidade na penhora de bens que não podem ser retirados do patrimônio do executado” (CÂMARA, 2010, p.314).

A previsão contida nos incisos II e III, os quais protegem os bens móveis, pertences e utilidades domésticas, o vestuário, e, em geral, os bens de uso pessoal, salvo se forem de elevado valor, reforçam a proteção ao executado, mas também evita abusos e fraudes.

A novel previsão do inciso IV, a qual se destaca sobremaneira neste trabalho refere-se à impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, conforme redação da Lei nº 11.382 /2006.

Ressalta-se, assim, a literalidade da lei que prevê “destinadas ao sustento do devedor e sua família”, posto que nem sempre os salários sejam integralmente

destinados a este fim e também que se excetua tal impenhorabilidade no caso de pagamento de pensão alimentícia, conforme previsão no parágrafo segundo.

Por fim, a impenhorabilidade do bem de família, introduzida pela lei nº 8.009/90 que inclui, além do imóvel propriamente, os bens móveis que estão no imóvel. Altera-se, somente, para introduzir a impenhorabilidade do imóvel do indivíduo que reside sozinho.

Enfim, após breve exposição das reformas introduzidas pelo CPC, pertinentes ao nosso estudo, introduzidas, então, pela Lei nº 10.444/02, a qual modificou a noção de execução de forma revolucionária:

“A execução é um prolongamento do processo, que não é mais nem puramente cognitivo, nem puramente executivo, mas um processo misto, sincrético, em que as duas atividades se fundem” (CAMARA, 2010, p. 151)

seguida por demais modificações nos procedimentos que aceleram e tornam mais eficaz a execução, caminha-se rumo a tão almejada eficácia da prestação jurisdicional.

3 JURISPRUDÊNCIA CORRELATA

Em razão da polêmica instaurada, qual seja a eficácia da prestação jurisdicional e a proteção ao devedor, ou ainda, o princípio da dignidade humana *versus* o princípio da satisfação do credor, a jurisprudência ainda diverge bastante quanto a penhora sobre salários dentro do processo executivo.

Em uma das propostas de reforma do Código de Processo Civil (Projeto de Lei nº 51/2006), o qual originou a Lei nº 11.382/2006, havia previsão para a penhora de salário que, no entanto, restou vetada pelo Presidente da República. Assim, a orientação da lei é no sentido da impenhorabilidade absoluta sobre os salários.

No entanto, alguns tribunais têm flexibilizado tal entendimento, como podemos observar em recentes julgados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, do qual destacamos trechos, nos quais se permitem que se realize penhora sobre os rendimentos desde que limitado a 30% (trinta por cento):

(...) Consoante se infere da jurisprudência, o privilégio da impenhorabilidade salarial vem sendo mitigado em prol da efetividade do processo de execução, permitindo-se a constrição de valores desse jaez na conta-corrente do devedor, desde que respeitado o limite de 30% (trinta por cento) dos seus rendimentos.

(Classe do Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO 20100020041622AGI DF; Registro do Acórdão Número: 424920; Data de Julgamento: 19/05/2010; Órgão Julgador: 6ª TURMA CÍVEL; Relator: OTÁVIO AUGUSTO; Publicação no DJU: 27/05/2010 Pág.: 97; Decisão: CONHECIDO. DEU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.).

Neste caso, o agravo restou provido em razão de estar sendo efetuados descontos diretamente no salário do agravante, pela fonte pagadora, o que não é permitido, mas já estando em conta-corrente, por sua vez, a jurisprudência do

TJDFT, entende ser permitida a penhora sobre salários no limite dos 30% (trinta por cento).

Outro caso no qual a agravante pede que sejam devolvidos os valores bloqueados via BACENJUD, pois se trata de verba de natureza alimentar, decorrentes de proventos de aposentadoria:

(...) A regra da impenhorabilidade, prevista no art. 649, IV, do CPC, não é absoluta. admite-se o bloqueio, via Bacenjud, de valores depositados em conta-corrente destinada ao recebimento de aposentadoria por parte da devedora, desde que limitada, a constrição, em trinta por cento. (Classe do Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO 20100020080084AGI DF; Registro do Acórdão Número: 437357; Data de Julgamento: 30/06/2010; Órgão Julgador: 4ª TURMA CÍVEL; Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS; Publicação no DJU: 09/08/2010 Pág.: 74; Decisão: PROFERIR A SEGUINTE DECISÃO: AGRAVO DESPROVIDO, MAIORIA.).

Destacando então a grande polêmica do assunto, a decisão a seguir também se manifesta pela penhora dos 30% (trinta por cento) sobre valores que estejam na conta-corrente, ainda que seja conta salário:

(...) A questão relativa à penhora de salário do devedor para pagamento de dívida não alimentar é controvertida na jurisprudência. Parte deste Tribunal não a admite com fundamento no artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil e parte a aceita até o limite máximo de 30% (trinta por cento) dos rendimentos do devedor.

(...)

Compartilho do mesmo entendimento do eminente Desembargador Antoninho Lopes e da Ministra Nancy Andrighi, no sentido da possibilidade de penhora de valores existentes em conta bancária para o pagamento de dívida, limitado este valor a 30% (trinta por cento) do crédito existente, mesmo quando se tratar de conta para recebimento de salário

(Classe do Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO 20100020054579AGI DF; Registro do Acórdão Número: 432349; Data de Julgamento: 01/07/2010; Órgão Julgador: 5ª TURMA CÍVEL; Relator: SOUZA E ÁVILA; Publicação no DJU: 08/07/2010 Pág.: 112; Decisão: CONHECER. NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.).

Até mesmo o Superior Tribunal de Justiça, primando pela eficácia da execução já possui jurisprudência no sentido da penhora sobre salários, destaca-se trechos da ementa do Resp 1059781/DF da Ministra Nancy Andrighi:

(...) Em princípio, é inadmissível a penhora de valores depositados em conta corrente destinada ao recebimento de salário ou aposentadoria por parte do devedor.

Ao entrar na esfera de disponibilidade do recorrente sem que tenha sido consumido integralmente para o suprimento de necessidades básicas, a verba relativa ao recebimento de salário, vencimentos ou aposentadoria perde seu caráter alimentar, tornando-se penhorável.

Em observância ao princípio da efetividade, não se mostra razoável, em situações em que não haja comprometimento da manutenção digna do executado, que o credor não possa obter a satisfação de seu crédito, sob o argumento de que os rendimentos previstos no art. 649, IV, do CPC gozariam de impenhorabilidade absoluta. (REsp 1059781/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 14/10/2009)

Mas, ainda assim, a orientação jurisprudencial dominante em diversos tribunais pátrios é, sem dúvida, pela orientação legislativa da impenhorabilidade sobre salários.

Destaca-se trecho de Agravo de Instrumento julgado pelo TJDF, no qual o relator, ainda que vencido, defendeu a penhorabilidade:

(...) Não obstante a redação do artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, esta Corte tem adotado o entendimento de que a regra nele contida, em certos casos, pode ser mitigada a fim de emprestar efetividade ao processo de execução.

Com efeito, a jurisprudência tem-se inclinado em admitir a penhora de parte dos salários, proventos e pensões do devedor sobre a conta salário do executado, limitada a um percentual mínimo que não comprometa a sua subsistência e de sua família, como forma de garantir ao credor uma maior efetividade na prestação jurisdicional, garantindo-se a consecução do direito material deduzido.

Muito embora o Agravado alegue que a penhora de percentual de seus proventos prejudicarão as necessidades essenciais, não é razoável considerar que toda verba recebida a título de salários, remunerações e outros desta natureza seja destinada tão-somente ao sustento do devedor e de sua família. Deve haver uma ponderação entre os interesses do devedor e do credor.

Ao fazer essa ponderação, nossos Tribunais têm optado pela constrição de parte dos recursos ou rendimentos da pessoa, deixando a salvo da constrição a maior porção. Assim, de forma a resguardar os direitos do credor de haver seu crédito e proteger os direitos do devedor de não se ver privado de recursos de que necessita para realizar as despesas ordinárias destinadas à sua sobrevivência ordinária, deve-se admitir a relativização da impenhorabilidade dos depósitos em conta salário, desde que condicionada à parcela de, no máximo, 30% (trinta por cento).

(Classe do Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO 20100020107885AGI DF; Registro do Acórdão Número: 443950; Data de Julgamento: 18/08/2010; Órgão Julgador: 5ª TURMA CÍVEL; Relator: JOÃO EGMONT; Publicação no DJU: 02/09/2010 Pág.: 106; Decisão: PROFERIR A

SEGUINTE DECISÃO: RECURSO CONHECIDO. NEGOU-SE PROVIMENTO, MAIORIA, VENCIDO O RELATOR. REDIGIRÁ O ACÓRDÃO O 1º VOGAL.).

Neste caso, o relator ainda admitiu a redução da penhora para apenas 15% (quinze por cento) dos valores disponíveis em conta, em razão de grave doença que acometia o executado, no entanto, como dito antes, o relator restou vencido e prevaleceu entendimento divergente, conforme o seguinte trecho em destaque do mesmo acórdão acima *“Entendo que a lei é clara em não permitir a incidência de penhora em proventos, vencimentos ou salários, etc. Não permito a penhora.”*.

Também é neste sentido que julgam diversos tribunais pátrios, julgando pela absoluta impenhorabilidade de salários, colaciona-se trechos de acórdãos dos Tribunais Estaduais do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Não se pode olvidar que, consoante a ordem estabelecida pelo artigo 655, incisos I a XI, do CPC, o dinheiro ocupa posição preferencial no rol de bens passíveis de penhora.

Entretanto, a redação dada pela Lei nº 11.382/06 ao artigo 649 do CPC, em particular o inciso IV, passou a considerar impenhorável o montante percebido a título de verba da subsistência do devedor, como no caso, o seu salário.

Desse modo, o numerário penhorado, na conta bancária da recorrente, não está sujeito à constrição judicial, pois impenhorável por força de lei.

(Agravo de instrumento nº 70037753654, relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Décima Segunda Câmara Cível do TJRS, julgado em 02/09/2010)

Embora, em princípio, não se veja ilegalidade na penhora de valores depositados em conta-corrente, o certo é que aqueles provenientes de salário, proventos de aposentadoria, pensões, soldos e demais remunerações correlatas, como destacado pela Jurisprudência, são bens impenhoráveis, pelo disposto na lei processual.

A disposição abrange salário a qualquer título, isto é, todo direito do empregado, presente, passado, futuro, pago ou não, na constância do emprego ou por despedida (RT 618/198, JTJ 205/231). Assim, não é possível penhora em conta-corrente bancária, se os valores nelas constantes são provenientes de verbas de natureza alimentar (RT 824/360, 838/265, Lex-JTA 148/160).

(Agravado de Instrumento 990103042913, Relator(a): Maurício Ferreira Leite, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 21ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 11/08/2010, Data de registro: 24/08/2010)

Leciona ARAKEN DE ASSIS sobre impenhorabilidade absoluta :

"É o beneficium competentiae, de longa história, e que sempre representou, no curso de sua evolução, a impenhorabilidade dos bens necessários à sobrevivência do obrigado. As regras desse benefício são instrumentais, e hoje se localizam principalmente nos incs. II a X do artigo 649 do CPC."

Em nota ao referido artigo, menciona THEOTÔNIO NEGRÃO:

"É inadmissível a penhora mediante desconto parcelado, em folha de pagamento, dos vencimentos do funcionário."

Destarte, não há que se falar em manutenção do bloqueio, mesmo na porcentagem de 30%, da conta da agravada.

(Agravado de Instrumento 990100330071 Relator(a): Silveira Paulilo Comarca: São José do Rio Preto Órgão julgador: 21ª Câmara de Direito Privado Data do julgamento: 07/04/2010 Data de registro: 16/04/2010)

Destaca-se, ainda, trecho de voto proferido pelo Ministro Sidnei Beneti, no Recurso Especial nº 1.184.947 nº do STJ:

(...) a jurisprudência desse Tribunal é firme no sentido da impenhorabilidade dos valores depositados em conta-corrente destinada ao recebimento de vencimentos ou aposentadorias por parte do devedor.(...)

Outrossim, ressalta-se que é pacificado o entendimento nos tribunais no sentido de aceitar a penhora sobre salários no caso de execução alimentícia:

Agravado de Instrumento 994093498580 (6440914500) Relator(a): Ribeiro da Silva Comarca: São Paulo Órgão julgador: Oitava Turma Cível Data do julgamento: 23/09/2009 Data de registro: 29/09/2009

Ementa: Execução alimentícia - Penhora sobre salários - Possibilidade - Observância do art. 649, § 2º, do CPC - Necessária reserva para subsistência do executado - Precedente do C. STJ - Penhora efetivada sobre o que exceder 66% dos vencimentos líquidos - Recurso parcialmente provido (Voto 16882)

Por fim, diante das contradições existentes entre as diversas decisões jurisprudenciais, há que se considerar a posição do credor e do devedor, refletir

acerca da posição do devedor que nem sempre está em desvantagem e que o princípio da dignidade deve valer para ambas partes.

Demonstrando que há divergência até mesmo em Tribunais Superiores, percebe-se que a questão não será resolvida facilmente, mas deverá ser orientada por parâmetros diferenciados a cada caso que é apresentado ao judiciário.

4 A PENHORA SOBRE SALÁRIOS E OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO DEVEDOR

Após análise conceitual do processo de execução, do seu histórico e dos princípios que o norteiam, além das recentes reformas do CPC pertinentes ao tema da penhora sobre salários, pergunta-se, então: é possível a penhora de salários a fim de satisfazer o credor num processo executivo, ainda que em detrimento dos princípios que protegem o devedor?

Apresentada a divergência nos tribunais, percebe-se que a questão da penhora de salários deixa de ser tão absurda, mas, protegendo-se o necessário à sobrevivência do indivíduo, poderia sim esta ser uma forma de satisfazer o direito do credor.

Confronta-se, assim, a questão da proteção ao devedor e a penhora de seu salário a fim de satisfazer a execução. Os que defendem a posição do devedor ressaltam o princípio da dignidade humana, mas também este princípio não deve ser visto desde o ponto de vista do credor? Enfim, *é possível a determinação da penhora sobre salários sem ferir o princípio do menor sacrifício do executado, a fim de satisfazer o direito do credor?*

Algumas correntes entendem que não, deve-se proteger o executado acima de tudo, especialmente o seu salário, posto que normalmente o devedor encontra-se em situação desfavorável devido a ocasiões diversas da vida, o que poderia ocorrer com qualquer um.

Outros entendem que o credor deve ter seu crédito satisfeito da forma mais eficaz e rápida possível, flexibilizando então este princípio do menor sacrifício ao devedor, defendendo, então, a penhora sobre os salários.

4.1 Acepção do termo “salário”

Conveniente para iniciar a explanação acerca da penhora de salários e os princípios que regem a proteção ao devedor é explicar a abrangência da palavra salário.

Ao se referir a “salário” não é no seu sentido estrito somente em relação ao recebimento de valores em decorrência da relação de trabalho, mas sim, uma acepção mais ampla compreendendo todos os elementos do artigo 649, inciso IV, *verbis*:

Art. 649 IV – São absolutamente impenhoráveis:

IV - os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo; (Redação da LEI Nº 11.382 /06.12.2006)

4.2 Penhora *on-line*

Importante analisar inicialmente também o novel instituto da penhora *on line* que, apesar de já muito utilizada, somente foi positivada sua utilização em uma das recentes reformas do Código de Processo Civil.

A Lei n.º 11.382/2006 inseriu no CPC dispositivos que anunciam expressamente o uso de meio eletrônico para fins de constrição de dinheiro. *Verbis*:

Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

Conforme comentado em capítulo anterior, busca-se, através do Banco Central, informações acerca de ativos financeiros pertencentes ao devedor e, repassa-se ao judiciário de forma virtual, os valores efetivamente bloqueados, a fim de garantir a execução. Assim, realiza-se a penhora *on line*.

Esta é uma importante ferramenta para garantir a efetividade da execução quando o devedor não cumpre espontaneamente a sua obrigação. No entanto, deve ser utilizada com cautela, posto que, na busca de ativos financeiros, muitos princípios podem ser feridos, o da menor onerosidade e até o da dignidade humana.

Um exemplo claro disso é com relação ao bloqueio de conta empresarial, na qual se podem afetar valores destinados ao pagamento de salários, pois impossível distinguir entre o capital de giro e os valores realmente disponíveis. Mitiga-se, também, neste caso, a função social da empresa.

Assim, a penhora *on line* não deve ser utilizada com abusos, mas não se pode negar o incrível avanço alcançado através de tal instituto, já consolidado na prática dos tribunais pátrios.

4.3 Credor *versus* devedor

Tendo sido apresentado o assunto das impenhorabilidades, verifica-se que entre elas está o “salário” em sua ampla acepção, conforme comentado em item anterior.

Entretanto, observa-se que o próprio artigo 649, apresenta exceção à impenhorabilidade que é no caso de pagamento de prestação alimentícia.

Outra exceção seria aquela inserida em recente projeto de lei (PL nº 51/2006) que seria considerado penhorável até 40% (quarenta por cento) do total recebido mensalmente acima de 20 (vinte) salários mínimos, previsão que restou vetada pela Presidência da República.

Assim, apresentamos ambas partes do processo de execução: credor e devedor. Este último, amplamente protegido pelos princípios da menor onerosidade e da dignidade humana e o outro protegido pela satisfação do credor que, no fim, significa a efetividade da prestação jurisdicional.

Na realidade dos expedientes forenses, enquanto o devedor tem seu salário totalmente protegido, mesmo que seja um alto salário, que lhe garanta uma qualidade de vida muito acima dos padrões, o credor fica à mercê de um sistema que não lhe garante sua dignidade em receber o que, em muitos casos, lhe é extremamente necessário.

E é neste momento que entra nossa proposição fundamental, temos de um lado a pretensão de preservar o mínimo patrimonial do devedor para que se mantenha sua dignidade, mas, como já mencionado, do outro lado, está o direito fundamental do credor à tutela executiva (GIORDANI, 2008). Segue tal autor comentando que

(...) e para não desequilibrar um, exageradamente, em prol do outro, só com a utilização do princípio da proporcionalidade, mesmo porque, a proibição de penhora (de salário), a pretexto de preservar a dignidade do devedor, sem quaisquer outras considerações, não é adequada, podendo tornar a prestação jurisdicional ineficaz, o que, força é convir, deve ser evitado. Indiscutível a necessidade de respeitar a dignidade da pessoa humana do devedor, mas não podemos esquecer que, do outro lado, o do credor, há também uma pessoa que precisa se sustentar e aos seus, e que tem também a sua dignidade, e que, para mantê-la necessita e tem o direito de receber o que lhe foi reconhecido como judicialmente devido.”

Falhou, assim, a Presidência da República em vetar a proposição acima comentada, considerada fundamental para a efetividade dos provimentos jurisdicionais e a proteção ao credor (MUTIM, 2008):

Diante destas razões, verifica-se que o veto presidencial proferido é, nitidamente, contrário a ordem jurídica, incongruente, omissivo e até mesmo equivocado

(...)

Vale dizer, neste sentido, o caráter obscuro deste ato presidencial, pois não adentrou à principal questão versada ao tratar da possibilidade de penhora de salários em sentido amplo, qual seja: a antinomia existente entre a dignidade humana do credor e a do devedor. Preferiu, então, silenciar quanto a este aspecto beneficiando aquele que deve e não paga.

(...)

é flagrante o freio presidencial nas progressões buscadas pelo projeto *sub examine*. Mas não é só. Este ato é, sem dúvida, contrário à Constituição, por ofender a todos os princípios supra mencionados e, também, por considerar apenas a necessidade de mais debates pela comunidade jurídica e pela sociedade em geral desta possibilidade de penhora.

(...)

Importante frisar, então, que esse veto não tem qualquer plausibilidade nem jurídica nem social. Isto, pois, àquele parágrafo terceiro encontrava perfeita harmonia com o sistema legal pátrio e se enquadrava aos interesses sociais, já que buscava efetivar as decisões judiciais, o que, claramente, pacificaria os conflitos e restabeleceria a ordem social.

Assim, permanece como absolutamente impenhorável os salários e, passando-se por cima até de princípios constitucionais, este veto presidencial desconsidera a dignidade humana do credor estampada no art. 1º, inc. III, da CF/88.

Dessa forma, verifica-se não ser possível a penhora nem mesmo dos 30% do salário do devedor, como permitida pela jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme acórdãos colacionados em capítulo

anterior a este. Muitos julgadores do Tribunal do Distrito Federal entendem ser razoável que a penhora recaia sobre 30% (trinta por cento) dos valores que se encontrem em conta do executado, a fim de evitar enriquecimento ilícito e, ao final, prestar efetividade ao processo de execução:

Permitir a absoluta impenhorabilidade da verba salarial do executado, mesmo diante da inexistência de outros meios para a satisfação do crédito, evidencia manifesto enriquecimento ilícito, o que não encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio. (TJDFT, Agravo de instrumento nº 20090020029908, Relator SANDOVAL OLIVEIRA, 4ª Turma Cível, julgado em 08/07/2009, DJ 22/07/2009, P. 270).

O Superior Tribunal de Justiça instado a manifestar-se, posicionou-se absolutamente contra qualquer penhora sobre valores depositados em conta corrente, ainda que de forma parcial, também expresso em acórdão colacionado no terceiro capítulo. Assim, o avanço no entendimento do TJDFT está prejudicado em razão da decisão da Corte Superior.

No entanto, o STJ faz uma ressalva no sentido de que, se o valor entrar na esfera de disponibilidade do recorrente sem que tenha sido consumido integralmente de forma imediata, tal valor perde seu caráter alimentar, tornando-se penhorável.

Por fim, em sentido favorável à penhora sobre salários, indaga-se a questão do princípio da efetividade:

“lógico que quem não recebe aquilo que lhe foi judicialmente reconhecido como devido deixa de ter acesso à ordem jurídica justa, atento a que o acesso à justiça não se limita a propositura da ação, mas reclama o cumprimento das decisões judiciais, do contrário, qual o resultado prático do ingresso em juízo? Resumir-se-á a alardear que ganhou a ação? Isso é suficiente? (GIORDANI, 2008)

O credor “ganha, mas não leva” e assim fica prejudicada a credibilidade no Poder judiciário, levando a sociedade, quem sabe, a fazer “justiça com as

próprias mãos”, o que é representa uma regressão para o Estado de Direito como concebido.

Porém, não podemos deixar de falar sobre o outro lado, o lado do devedor, aquele que está de boa-fé e encontra-se nesta situação por ocasiões diversas da vida, como bem observa Caram (2009, p. 183):

Não reconhecer o surgimento de circunstâncias imprevisíveis ou mundanas insuperáveis, mesmo no âmbito executório, é violar valores humanos, e verdadeiramente ignorar a excelência do princípio da dignidade, considerando-se os inevitáveis prejuízos que poderão acarretar ao executado.

Sabe-se que não é sem sentido que a maioria dos julgadores defende esta posição, como demonstrado através de decisões judiciais de todo o país que demonstram entendimento pela impenhorabilidade de salário.

As reformas do CPC caracterizam-se claramente por prestar eficiência e celeridade às decisões emanadas do Poder Judiciário e, no entanto, esqueceram da figura do executado, comenta assim Caram (2009, p. 180):

As mais recentes reformas do Código Processual Civil (por exemplo, as Leis nº 10.444/02, 11.231/02 e 11.382/06) preocuparam-se sobremaneira com a efetividade dos préstimos jurisdicionais, o que na verdade foi uma forma de o legislador processual suprir as incontáveis deficiências que se têm verificado no Poder Judiciário.

Em que pese a toda tendência contemporânea na elaboração de regras no sentido de tornar mais efetiva possível as outorgas de tutelas, há que se discutir também quando as tutelas não são possíveis de ser deferidas por circunstâncias absolutamente invencíveis que possam acometer o executado.

Neste momento, há que ressaltar que existem as excludentes de responsabilidade previstas no Código Civil, e uma delas é exatamente a onerosidade excessiva que livra o devedor do pagamento da dívida tal qual cobrada, assim comenta Caram (2009, p. 180):

A onerosidade excessiva, instituto descrito no art. 478 do Código Civil, deve ser reconhecida quando o devedor, em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, torna-se absolutamente impossibilitado de continuar honrando as prestações a que se obrigou. Dessa forma, o executado, seja em execução com Bse em título extrajudicial (no âmbito dos embargos), ou acionado para o cumprimento da sentença (em sede de impugnação), poderá requerer a resolução do contrato exequendo, não se dispondo um dos contratantes a modificar equitativamente as condições base do documento em consonância com o artigo 479 do Código Civil.

Neste caso, comprovada a imprevisibilidade da situação, fica nítido que o devedor estará em situação desvantajosa, deverá então o judiciário analisar cada caso concreto para não cometer injustiças.

A justiça trabalhista, deixando de observar este lado, muitas vezes infringe o princípio da menor onerosidade e o da dignidade humana, pois impõe que se executem suas determinações utilizando-se com prioridade sobre outras modalidades de constrição judicial o sistema BACEN JUD (CORREA, 2003).

Por fim, assusta prever o futuro do rito executivo sem a proteção ao devedor, caminhar para o outro extremo não será a solução para o problema deve-se, então, buscar uma solução de equilíbrio, assim arremata Caram (2009, p. 184):

(...) enaltecer o princípio da dignidade em proveito do devedor executado, impossibilitado ao adimplemento e ao mesmo tempo acuado pelos armamentos executivos, é medida que se impõe. Não se preconiza por um protecionismo exacerbado ao inadimplente, mas permitir que incida toda ferocidade da atividade executiva, com as virulentas consequências inerentes a esse tipo procedimental é nefasto e injusto ao obrigado, que deixou de honrar a obrigação incerta no título por circunstâncias alheias à sua vontade.

Passa-se, então, a propor uma solução de equilíbrio entre os interesses do credor e do devedor.

4.4 Uma solução de equilíbrio

Duas experiências vividas por Alexandre Freitas Câmara (2010, p. 295), nas quais relata sua mudança de posicionamento ao postular pelo credor, as quais podem ajudar a refletir nesta proposta de solução de equilíbrio:

Confesso que assumi esta postura depois de duas amargas experiências. Uma delas veio de meu exercício profissional. Depois de um árduo processo de conhecimento, em que o devedor fora condenado a pagar vultosa quantia, deparou o credor com grande dificuldade para encontrar bens penhoráveis no patrimônio do devedor. Descobriu finalmente que este guardava boa soma em dólares americanos em cofre-forte bancário. Pediu o arrombamento do cofre, a ser feito com todas as cautelas destinadas à idoneidade do ato, responsabilizando-se pelas despesas do arrombamento. O juiz da causa, a quem certamente não importavam os resultados de seu exercício jurisdicional, despachou simplesmente: “diga a parte contrária”. É fácil imaginar onde foram parar os dólares! E o credor, vencido por essa atitude burocrática do juiz, viu-se obrigado a renunciar a grande parte do seu crédito, aceitando um acordo pelo qual veio a receber somente quarenta por cento deste. O outro fato a que me refiro é um acórdão no qual um tribunal paulista afirmou ser legítima e não constituir litigância de má-fé a prática consistente em resistir indefinidamente à execução, inclusive mediante recursos protelatórios; sustentou o voto condutor desse acórdão que ao devedor é lícito ganhar tempo à espera de melhores oportunidades para pagar mais comodamente, ou para criar condições de obter um bom acordo... naturalmente, à custa do cansaço do credor e das suas angústias por receber ao menos parte do que lhe é devido. Esses dois fatos, que chegam a ser a caricatura de uma visão descomprometida com a justiça, põem em destaque a necessidade de combater com todas as forças certos absurdos entraves à efetivação da tutela jurisdicional, em prol da moralização do processo executivo e de sua severíssima condução com vista aos resultados a obter.

Os dois casos acima expostos evidenciam momentos nos quais o credor foi lesado, mas existem os casos nos quais é o devedor quem sai prejudicado, quando sua dignidade é ferida em razão de uma penhora feita a um bem que lhe é necessário a sobrevivência, por exemplo.

Num primeiro momento, também é importante relembrar o princípio da proporcionalidade que está intimamente relacionado ao conceito de equilíbrio e aqui queremos alcançar a noção de que são perfeitamente conciliáveis os princípios da

dignidade e menor onerosidade com o princípio da satisfatividade do credor e eficácia da execução.

Em nossa realidade brasileira, a balança já “pende para um lado”, temos a tendência de ver o devedor como “pobre e coitadinho”, mas esquecemos daqueles que agem de má-fé, a fim de escusar-se de sua obrigação, então e é nestes casos nos quais o credor é quem resta prejudicado.

Em artigo escrito por Correa (2010), ele comenta a respeito de um Recurso Especial (Resp 264495/SP), pertinente à matéria:

Processo Civil. Execução. Penhora de TDAs (Títulos de Dívida Agrária) por Oficial de Justiça. Princípios da Adequação e da Satisfação do Interesse do Credor. Doutrina. Recurso Provido.

(...)

II – Ao escolher os bens para a penhora, o oficial de justiça deve adequar os interesses contrapostos de menor onerosidade para o devedor e de satisfação do interesse do credor, que limitam a sua liberdade de escolha, devendo atentar, sempre que possível, para a gradação legal.

A conciliação desses dois princípios contrapostos é que deve nortear a solução de cada caso concreto e mediar a aplicação dos arts. 655, 656 e 620 do Código de Processo Civil. A respeito, o RESP 1.813-RJ, de que fui relator:

1. O princípio segundo o qual a execução deve realizar-se da forma menos onerosa possível para o devedor não tem o condão de subverter o procedimento contemplado em lei, um dos sustentáculos do devido processo legal.

Bem finaliza a ementa quando comenta a respeito da subversão do devido processo legal quando se prima unicamente pelo princípio da menor onerosidade, uma vez que, no segundo caso comentado por Alexandre Câmara vemos o nítido desvio da finalidade para o qual o processo se encaminhou.

Mas também, partindo para a defesa do executado, aquele que está de boa-fé, deve-se observar que (CARAM, 2009, p. 190):

Atribuir ao processo de execução a responsabilidade de apresentar a satisfatividade almejada a qualquer custo é um erro em qualquer hipótese, considerando-se a dimensão constitucional dada ao cidadão e à sua dignidade, ao contraditório e ao direito de defesa. Esse tipo de tutela não é

de feição amplamente contraditória, é verdade, mas diante de alegações tão importantes como o são as excludentes obrigacionais, deve o magistrado deter-se à *ratio essendi* do inadimplemento, verificando minuciosamente as provas a fim de impedir qualquer ato de violação à dignidade do devedor.

Aqui o centro é a pessoa, o cidadão, o sujeito passivo da relação processual, sustenta-se que o princípio da dignidade do ser humano e de sua família é que está acima, em detrimento de qualquer assunto que possa estar sendo discutido em uma relação processual.

A infração a princípios constitucionais pode ocorrer para ambas partes em um processo de execução, por isso importante o equilíbrio entre a coação exercida pelo credor através do sistema judiciário e o direito ao contraditório do credor, como comenta CAMARA (2010, p. 296):

Permanece, contudo, o risco de infração constitucional, a qual poderá acontecer sempre que o executado venha a ser punido por uma conduta que possa razoavelmente ser interpretada como legítimo exercício do contraditório, sem conotação abusiva. A execução é um processo contencioso, onde ambas as partes se permite usar das armas legítimas postas pela lei ao seu dispor, desde que não abuse. Confinar um dos litigantes em um canto da quadra onde essa disputa se trava, minimizando-lhe as possibilidades de defesa, importaria ultraje às garantias do contraditório e da ampla defesa.

No dia a dia dos expedientes forenses o que mais presenciamos são as execuções frustradas, seja em razão de devedores que agem de boa-fé ou não, assim, no concreto, além da busca de bens do devedor realizada de forma incansável pelo credor, CAMARA (2010, p. 299) propõe pela penhora de salários no caso de perda do caráter alimentar, conforme posicionamento do STJ exposto anteriormente:

Há muita incerteza nos tribunais quanto à responsabilidade executiva incidente sobre depósitos em conta-corrente ou em aplicação bancária. Em alguma medida, sendo esses depósitos o modo de guardar salários ou rendimentos da empresa ou da pessoa física, é legítimo aplicar-se a eles o que a lei e o sistema dispões obre estes, a saber: a) dando por

impenhoráveis os depósitos oriundos dos salários e b) proporcionalizando a penhora dos depósitos do mesmo modo como se proporcionaliza a dos rendimentos de uma empresa. Não é possível, todavia negar de modo absoluto a penhorabilidade dos depósitos, sempre que oriundos de salário ou de rendimentos de uma empresa, porque uma poupança de salários ou de rendimentos acaba por perder o caráter alimentar que legitima os cuidados dos tribunais. Salários acumulados durante meses ou anos já não são aquele mínimo indispensável à existência digna.

Mas, então, uma penhora parcial sobre salários não seria perfeitamente possível e condizente com o justo direito? Não seria uma demonstração de perfeito equilíbrio quando, no caso concreto, é o credor que está em franca desvantagem econômica? E quanto ao veto presidencial sobre a penhora sobre altos salários? Seria justo permanecer o devedor com seu padrão de vida em detrimento do credor? No entanto, devemos responder a estas questões atentando-se ao fato de que “seria insensato propor que tudo isso se fizesse sem a moderação do *bonus paterfamilias*, ou cedendo aos ímpetos egoístas do credor impiedoso ou até mesmo sedento de vingança.” (CAMARA, 2010, p. 299)

CONCLUSÃO

Diante da análise da polêmica pela defesa dos interesses do credor em oposição aos direitos do devedor no processo de execução, perpassou-se pelo conceito do rito de execução, seu histórico, os princípios que o regem a fim de situar o leitor na questão a ser enfrentada.

Apresentou-se, ainda, a jurisprudência correspondente ao tema e, por fim, alguns assuntos diretamente relacionados à temática proposta, quais sejam o instituto da penhora *on line*, as impenhorabilidades, a ordem de preferência da penhora, entre outros.

Adentrou-se, assim, na discussão da penhora sobre salários desde o ponto de vista do credor e do devedor, observando os princípios que regem os interesses de cada parte.

De um lado, temos o devedor, historicamente protegido pela legislação brasileira de forma excessiva e, do outro, o credor que não recebe o devido e, por fim, acaba por aceitar acordos nos quais resta muito prejudicado. Sendo o salário impenhorável a execução torna-se inviável em muitos casos, posto que o devedor aliena seus bens ou os mantém através de outras pessoas, conhecidas popularmente como “laranjas”.

Assim, mantém-se posição firme no sentido de que deve ser aprovada lei para permitir a penhora sobre salários. E, ainda, enquanto isso não ocorre, servem de base para as atuais decisões judiciais os princípios constitucionais da proporcionalidade e da dignidade, os quais devem ser postulados em favor do credor.

Não é razoável a excessiva proteção dada ao devedor, o qual segue com suas dívidas, acobertado por um sistema judiciário ineficiente e desproporcional em suas decisões que só observam o “coitado” do executado. É de amplo conhecimento que existem muitos devedores que recebem muito além do valor destinado à sua subsistência e de sua família, que poderiam perfeitamente pagar suas dívidas sem perder “o mínimo para sua subsistência”.

Mas, mesmo assim, insistiu a atual Presidência da República no veto de um dos artigos mais importante das últimas reformas do CPC, o qual previa a penhora sobre salários de quem recebesse acima de 20 salários mínimos. Ademais, causa espanto a própria jurisprudência do STJ e sua obstinada posição em favor do devedor, deixando de lado o primordial princípio da dignidade humana do credor.

Enfim, tal posicionamento do nosso Estado, através da inércia dos nossos Três Poderes, caminha no sentido de absoluto descrédito pelas pessoas em geral e pelas empresas.

As empresas, tão importantes para a saúde econômica de nosso país, ficam à mercê de “devedores profissionais” que não se preocupam com sua ampla função social. Repetidamente, a mídia tem divulgado que os maus pagadores estão em classe social mais alta, enquanto que os mais pobres têm porcentagem baixa de inadimplência.

Muito investimento é perdido pela falta de credibilidade por parte das empresas no sistema de cobrança judicial que, além de lento, promove grandes impedimentos à satisfação das dívidas. O rito executivo mudou, no entanto, a mentalidade dos nossos juízes deve acompanhar esta tendência no sentido de buscar a satisfação do credor.

Evidentemente não regredir para a prisão civil por dívidas, mas avançar para um rito de execução rápido e eficiente é a solução para um país que busca a paz social e um bom desempenho econômico no cenário mundial.

Por fim, equilibrando os interesses do credor e do devedor, observando a boa-fé dos envolvidos em cada caso, recorrendo até a penhora de salários dentro de um processo de execução, se necessário, em busca da justiça em seu amplo sentido, é isso que se propõe como eficaz para que o Estado cumpra com seu papel para o qual foi criado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de. **A penhora de bens imóveis**. Alguns apontamentos sobre a atual sistemática e os projetos de reforma do Código de Processo Civil. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 484, 3 nov. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5872>>. Acesso em: 08 set. 2010

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 7ª ed., vol. II. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2003.

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 18ª ed., vol. II. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010.

CARAM JUNIOR, Moacyr. **Processo de Execução**: as excludentes de responsabilidade e o princípio da dignidade humana. Campinas, SP. Millennium Editora, 2009.

CORREA, Antônio Ricardo. **O processo de execução**: Conflito entre os princípios da menor onerosidade para o devedor e o da efetividade, 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4896>. Acesso em 13.set.2010

DANTAS, Rodrigo Emanuel de Araujo. **Execução civil após leis 11.232/05 e 11.386/06**: enfoque sobre a nova sistemática da penhora na perspectiva constitucional. Revista da ESMARN, Vol. 7, nº 1, 2008. Disponível em: http://www.esmarn.org.br/ojs/index.php/revista_teste1/article/view/65. Acesso em: 09.set.2010

DAMASCENO, Artane Inarde de Siqueira. **A execução de título judicial e a supremacia da efetividade**. Uma releitura principiológica. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1719, 16 mar. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11060>>. Acesso em: 11 jul. 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. Malheiros Editores, 2003.

GIORDANI, Franciso Alberto da Motta Peixoto Giordani. **O princípio da proporcionalidade e a penhora de salários**: novas ponderações. Cad. Doutrina e Jurisprudência Ematra XV, Campinas, v. 4. n. 2, mar./abr. 2008.

MAIDAME, Márcio Manoel. **Impenhorabilidade e Direitos do Credor**. Juruá Editora. Biblioteca em homenagem ao Professor Arruda Alvim, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil**. 2ª ed., vol. 3, rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Execução Civil**: teoria geral: princípios fundamentais. 2ª ed. – São Paulo. Revista dos Tribunais, 2004.

MUTIM, Marcel Santos. **A possibilidade da penhora de salário frente ao paradigma jurídico atual**, 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13007>. Acesso em: 13. set. 2010.

RIGOLIN, Antônio; BICALHO, Romeu; DELLORE, Luiz. **Nova Execução de Títulos Extrajudiciais**: análise prática das novas alterações introduzidas pela Lei 11.382/2006. São Paulo: Método, 2007.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: processo de execução e cumprimento de sentença, processo cautelar e tutelas de urgência. Forense, vol II. Rio de Janeiro, 2010.